



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

PROTESTO Correio de Sergipe - 12/02/2015

Agentes penitenciários dizem “não” à terceirização

Os agentes penitenciários fizeram na manhã de ontem, 11, uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE), contra a terceirização da categoria, pois, segundo eles, atualmente haveria no Complexo Penitenciário Advogado Antônio Jacinto Filho (Compajaf), no bairro Santa Maria, cerca de 210 profissionais contratados e apenas 14 concursados. Além disso, de acordo com Edilson Souza, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários e Servidores da Sejuc (Sindpen), a terceirização de atividades fins não é permitida por lei e, inclusive, o Ministério Público Estadual (MPE) já entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) pedindo que não seja renovado o contrato com a empresa que administra o Compajaf, que vence no próximo mês e que o Estado realize concurso público. Para ele, a sociedade também perde com essa situação.

“O Art. 328 do Código Penal diz que as atividades fins do Estado não podem ser terceirizadas, mas no presídio do Santa Maria há agentes penitenciários terceirizados, que são ligados à empresa que administra o Complexo. Sete presídios de Sergipe são administrados pelo Estado e só o do Santa Maria é terceirizado. O Ministério Público entrou com uma ação, pedindo que o contrato do Estado com a empresa que rege o Compajaf, que vence em março, não seja renovado. A Justiça acatou a ação e decidiu pela realização do concurso público, porém,

por enquanto, o Estado não se manifestou. Os agentes não têm responsabilidade apenas com os detentos. Eles têm também com juiz, familiares dos internos e demais funcionários dos presídios. Então, é uma atividade delicada e o Estado não está dando a devida atenção a isso”, explica.

Ainda segundo ele, o orçamento anual de 2015 para os gastos com os sete presídios é de aproximadamente R\$ 33 milhões, no entanto, somente com o do Santa Maria a previsão seria de mais de R\$ 20 milhões. “Como é que o Estado administra sete presídios e o gasto total deverá ser de R\$ 33 milhões, enquanto que somente um, que é administrado por uma terceirizada, deve ser de mais de R\$ 20 milhões? A diferença é absurda e não entendemos o porquê do gasto ser tão grande com apenas um presídio”, conta.

• Falta de agentes

Outra reclamação da categoria é sobre o déficit de agentes penitenciários. “Hoje, são 680 concursados, mas precisaríamos de pelo menos 1.100. O quantitativo não condiz com a realidade dos presídios e realmente faltam mais agentes penitenciários. O último concurso foi em 2001. Já procuramos os órgãos responsáveis do Estado e vamos continuar com as manifestações até que o Governo tome providências tanto sobre a terceirização, quanto à realização do concurso”, conclui Edilson Souza, presidente do Sindpen.

• Sejuc

Já de acordo com o secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor, Antônio Hora, a Sejuc terá no próximo dia 20 uma reunião com o TJ/SE e MPE para juntos decidirem qual será a alternativa para a administração do presídio Santa Maria. Mas, o secretário frisa que a unidade terá que continuar funcionando.

“Quando fizemos o processo licitatório com a empresa que administra o Presídio do Santa Maria, há mais ou menos cinco anos, não havia nenhum problema, mas de lá para cá, houve mudanças na leis e o MPE entrou com a ação, pedindo que o contrato com a empresa não seja renovado em março. Por isso, vamos ter uma reunião para chegarmos a um entendimento e acharmos uma solução para a unidade. O que sabemos é que temos que manter o presídio funcionando. Vamos encontrar uma solução legal”, informa.

O secretário conta também que o Estado está no limite prudencial e até que o Governo resolva essa questão, não é possível realizar concurso público. “Como todos sabem, o Estado está passando por ajustes administrativos para reduzir gastos com folha de pessoal, por causa do limite prudencial. E enquanto o Governo não resolver esse problema, não se pode realizar concurso público. Mas, com certeza, o quantitativo de agentes é insuficiente para assumir as unidades”, declara Antônio Hora.